



Instituto Nosso Lar
Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Conteúdo

| | |
|--|----|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis | 3 |
| Balancos patrimoniais | 7 |
| Demonstrações de resultados | 8 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 12 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 13 |
| Notas explicativas às demonstrações contábeis | 14 |

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Senhores Diretores do
Instituto Nosso Lar
São Paulo – SP

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto Nosso Lar**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto Nosso Lar**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sem ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Ênfase – pronunciamentos contábeis

A Administração do **Instituto Nosso Lar**, está em andamento com o processo de adequação aos Pronunciamentos Contábeis (CPCs), Normas Internacionais de Contabilidade e Lei 11.638/07 e em observância à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.409/12 que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem Finalidade de Lucros e em conformidade com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, devendo verificar mudanças que geram efeitos relevantes de ajustes nas demonstrações contábeis durante exercício seguinte.

Ênfase – Imobilizado

A administração da entidade, optou por não considerar a depreciação nas demonstrações contábeis, no qual assinou carta de responsabilidade administrativa requerendo a não escrituração, que seria calculada pelo método linear com base nas taxas estabelecidas pelo Imposto de Renda e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC No. 1.177/09 (NBC - TG 27)). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Ênfase – circularizações

Devido a nossa contratação ter sido realizada após o encerramento do exercício, substituímos os testes de circularizações por “testes alternativos”.

Saldos do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados e não conteve modificações em nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da Diretoria sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela diretoria da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela diretoria declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela diretoria, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de julho de 2025.

AH Audit Home Auditores Independentes S/S
CRC 2SP022333/O-5



Paulo Alves das Flores
CRC 1 SP 196616/O-0

Instituto Nosso Lar
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

| ATIVO | 31/12/2024 | 31/12/2023 | PASSIVO | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|-------------------|-------------------|---|-------------------|-------------------|
| CIRCULANTE | 433.778 | 694.990 | CIRCULANTE | 131.999 | 430.021 |
| Disponibilidades | 46.474 | 93.998 | Contas à Pagar | - | - |
| Numerário em Caixa | - | - | Empréstimos | - | - |
| Caixa - CEI I | - | - | Títulos à Pagar Imóvel | - | - |
| Caixa - CCA I | - | - | Impostos à Pagar / Recolher | 52.716 | 51.984 |
| Caixa - CCA II | - | - | IRRF sobre Salários | 52.716 | 51.984 |
| Caixa - CEI II | - | - | ISSFR à Recolher | - | - |
| Caixa - Gestão | - | - | Obr. Trabalhistas e Previdenciárias | 79.283 | 378.036 |
| Bancos Conta Movimento | - | - | Salários à PG CEI I e Gestão | - | 295.306 |
| Banco do Brasil C/C 15057-6 Gestão | - | - | Salários à Pagar CCA I | - | - |
| Banco do Brasil C/C 23329-9 CEI I | - | - | Salários à Pagar CC | - | - |
| Banco do Brasil C/C 28600-1 CCA I | - | - | INSS à Recolher | 36.858 | 28.568 |
| Banco do Brasil C/C 22984-9 | - | - | FGTS à Recolher | 41.747 | 44.212 |
| Banco do Brasil C/C 23032-4 CCA II | - | - | PIS sobre Folha | - | - |
| Banco do Brasil C/C 88800-1 CEI II | - | - | Outras obrigações | 678 | 9.950 |
| Aplicações Financ de Liquidez Imediata | 433.279 | 93.998 | PASSIVO NÃO CIRCULANTE | 350.000 | 350.000 |
| Banco do Brasil C/P 15057-6 Gestão | - | 830 | EXIGIVEL A LONGO PRAZO | 350.000 | 350.000 |
| Banco do Brasil C/P 23326-9 CEI I | 46.474 | 33.639 | Títulos à Pagar (imóvel) | 350.000 | 350.000 |
| Banco do Brasil C/P 28600-1 CCA I | - | - | CREDORES DIVERSOS | - | - |
| Banco do Brasil CDB 23032-4 CCA II | - | - | Recebimento Antecipado de Perca pita da SME | - | - |
| Banco do Brasil CDB 15057-6 - Gestão | 10.526 | - | Gestão (Repasse) | - | - |
| Banco do Brasil C/P 23032-4 CCA II | - | - | | | |
| Banco do Brasil CDB 28600-1 CCA I | - | - | | | |
| Banco do Brasil CDB 23326-9 CEI I | 132.596 | 2.071 | | | |
| Banco do Brasil CDB 88800-1 CEI II | 65.147 | 38.323 | | | |
| Banco do Brasil C/P 88800-1 CEI II | 178.536 | 19.135 | | | |
| Título de Capitalização Ourocap | - | - | | | |
| Direitos à Receber | - | 600.992 | | | |
| Subvenções e Doações à Receber | - | - | | | |
| Direitos a Receber | - | 591.952 | | | |
| Contas correntes empregados | 500 | 9.040 | | | |
| Adiantamento de Férias | - | 9.040 | | | |
| Empréstimos a funcionários | 500 | - | | | |
| Impostos Diversos à Compensar | - | - | | | |
| IRRF a recuperar | - | - | | | |
| Adiantamento à Fornecedores | - | - | | | |
| Adiantamento à Fornecedores | - | - | | | |
| Seguros | - | - | | | |
| Seguros | - | - | | | |
| NÃO CIRCULANTE | 7.507.669 | 7.512.261 | PATRIMÔNIO SOCIAL | 7.459.449 | 7.049.608 |
| Imobilizado | 7.507.669 | 7.512.261 | FUNDO PATRIMONIAL | - | - |
| Terrenos | 1.127.362 | 1.127.362 | Patrimônio Social | 7.029.634 | 7.049.608 |
| Móveis e Utensílios | 422.810 | 422.810 | RESERVAS PATRIMONIAIS | - | - |
| Edificações | 5.627.414 | 5.627.414 | Reservas Patrimoniais Acum. | - | - |
| Máquinas, Equip e Ferramentas | 259.607 | 259.607 | RESULTADOS SOCIAIS | 429.814 | 377.621 |
| Instalações | - | - | Superávit Acumulado | 397.595 | - |
| Adiantamento de Consórcio | - | - | Ajustes de Exercícios Ant. | - | - |
| Imóveis em Construção | - | - | Superávit Líquido Exercício | 32.219 | 377.621 |
| Veículos | - | 6.392 | | | |
| Equipamentos de Informática | 70.476 | 68.676 | | | |
| TOTAL DO ATIVO | 7.941.448 | 8.207.251 | TOTAL DO PASSIVO | 7.941.448 | 8.207.251 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Nosso Lar
Demonstração de resultados
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|--------------------|-------------------|
| RECEITAS OPERACIONAL | 9.202.276 | 8.017.357 |
| RECEITAS DE PARCERIAS PÚBLICAS | 8.664.361 | 7.582.761 |
| DOAÇÃO DE TERCEIROS | 359.434 | 361.797 |
| DOAÇÃO DE CUPOM FISCAL | 23.326 | 20.866 |
| CONTRIBUIÇÃO DE ASSOCIADOS | 16.949 | 18.527 |
| REEMBOLSO ASSISTÊNCIA MÉDICA | 138.206 | 33.407 |
| (-) CUSTOS DIRETOS | (7.872.102) | 6.497.974 |
| DESPESAS COM PESSOAL | (6.143.484) | 5.028.733 |
| DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO | (1.288.966) | 787.393 |
| DESPESAS COM MATERIAL PEDAGÓGICOS | (93.598) | 151.200 |
| DESPESAS COM CONESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS | (189.547) | 444.494 |
| DESPESAS ASSISTÊNCIA MÉDICA E DENTARIA | (156.507) | 86.153 |
| (-) DESPESAS GERAIS | (1.319.379) | 1.142.087 |
| DESPESAS ADMINISTRATIVAS | (661.368) | 630.942 |
| DESPESAS COM REFORMAS E MANUTENÇÃO | (658.011) | 508.647 |
| DESPESAS BANCÁRIAS | - | 2.498 |
| PERDAS VENDAS IMOBILIZADO | - | - |
| (=) RESULTADO OPERACIONAL | 10.795 | 377.297 |
| NÃO OPERACIONAL | | |
| (+) RECEITAS FINANCEIRAS | 21.424 | 325 |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | 32.219 | 377.621 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Nosso Lar
Demonstração de mutações do patrimônio social
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

| | Patrimônio Social | Outras Reservas | Ajustes Aval. Patrimonial | Superávit / Déficit | Total do Patrimônio |
|--|------------------------------|----------------------------|--------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| Saldo em 31/12/2023 | 6.812.049 | - | - | - | 7.427.230 |
| Superávit / Déficit do Período | - | - | - | 32.219 | 32.219 |
| Ajustes da Avaliação Patrimonial | - | - | - | - | - |
| Recursos de Superávit com Restrição | - | - | - | - | - |
| Transferência de Superávit de Recursos sem Restrição | - | - | - | - | - |
| Saldos Finais | 6.812.049 | - | - | 32.219 | 7.459.449 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Nosso Lar
Demonstração dos fluxos de caixa
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

Modo Indireto

| | 31/12/2024 | | 31/12/2023 |
|---|----------------|----------|--------------------|
| | Valores em R\$ | | |
| Fluxo de Caixa Originados de: | | | |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Resultado do exercício/ período | 32.219 | D | 377.621 D |
| Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais | | | 0 |
| Depreciação e amortização | - | | - |
| Resultado na venda de ativos permanentes | - | | - |
| Equivalência patrimonial | - | | - |
| Recebimento de lucros e dividendos de subsidiárias | - | | - |
| Redução Variações nos ativos e passivos | | | |
| Redução em contas a receber | 585.952 | D | 585.952 C |
| Redução nos estoques | - | | - |
| Redução em fornecedores | 221 | C | 221 D |
| Redução em contas a pagar e provisões | 298.532 | C | 325.163 D |
| Redução no imposto de renda e contribuição social | - | | - |
| Redução Outros Pagamentos/Recebimentos | - | | 988.767 C |
| Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais: | 319.417 | D | |
| Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais: | - | | 871.713 C |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | |
| Compras de imobilizado | 1.800 | C | 297.458 C |
| Aquisição de ações/cotas | - | | - |
| Recebimentos por vendas de ativos permanentes | - | | - |
| Juros recebidos de contratos de mútuo | - | | - |
| Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos: | 1.800 | C | 297.458 C |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | | |
| Integralização de capital | - | | - |
| Pagamentos de lucros dividendos | - | | - |
| Empréstimos tomados | - | | - |
| Pagamentos de empréstimos/debêntures | - | | - |
| Juros recebidos de empréstimos | - | | - |
| Juros pagos por empréstimos | - | | - |
| Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamentos: | - | | - |
| AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES | 317.617 | D | - |
| REDUÇÃO NAS DISPONIBILIDADES | - | | 1.169.171 C |
| No início do período | 93.998 | D | 1.263.169 D |
| No final do período | 433.278 | D | 93.998 D |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em reais)**

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O **INSTITUTO NOSSO LAR**, Sociedade Civil Beneficente, fundada em 14/07/1978, conforme registro 09786 do 3º Registro Civil das Pessoas Jurídicas de São Paulo - Capital. Inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda, sob número 50.253.590/0001-32, é o mantenedor dos seguintes estabelecimentos:

- a) **CEI Nosso Lar I**, localizado à Rua Eudoro Lincoln Berlinck, nº 346 Prédio A, CEP: 05565-200, Bairro: Jardim Arpoador, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo. CNPJ sob Nº 50.253.590/0001-32;
- b) **CEI Nosso Lar II**, localizado à Rua Eudoro Lincoln Berlinck, nº 346 Prédio B - CEP: 05565-200, no bairro Jardim Arpoador, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob Nº 50.253.590/0003-02;
- c) **Gestão Administrativa**, localizada à Rua Eudoro Lincoln Berlinck, nº 346 - Prédio C, CEP: 05565-200, no Bairro Jardim Arpoador, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 50.253.590/0004-85;
- d) **Cursos profissionalizantes**, localizado à Rua Augusto José Avancini, 248 – Jd. São Jorge – São Paulo/SP, inscrito no CNPJ: 50.253.590/0002-13.

Para a consecução de seus objetivos a entidade tem convênio firmado com a Prefeitura Municipal de São Paulo, e, também recebe doações eventuais e de eventos comunitários: bazares, festas, etc.

Cujos objetivos são:

Propiciar Serviços socioassistenciais de atenção às crianças, adolescentes, jovens e a suas famílias, que se encontrem em situação de vulnerabilidade social, prevenindo riscos pessoal e social, assegurando o convívio e visando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Atuar no desenvolvimento de cursos profissionalizantes, programas, projetos, serviços e atividades com crianças, adolescentes, jovens e adultos com a finalidade de assegurar a formação técnica, propiciando o conhecimento do mundo do trabalho e capacitando-os em diferentes habilidades, nas perspectivas de ampliar o repertório cultural e a participação da vida pública, preparando-os para a obtenção de renda e autonomia.

Prestar assistência social a criança e às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social.

Promover educação infantil considerando que educar e cuidar são dimensões indissolúveis de toda ação educacional. Realizar parcerias com organizações sociais afins, públicas e ou privadas.

Promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos e os valores universais priorizados através da política de assistência social as crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, risco social e pessoal.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os ditames do ITG 1000, além dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

NOTA 3 - FORMALIDADES DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO 1.330/11 (NBC ITG 2000)

A entidade utilizou sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Os registros contábeis contêm históricos de identificação dos lançamentos relacionados a planilha Financeira elaborada pela entidade, datada e assinada pelo diretor Financeiro/ presidente, responsável pela prestação de contas ao erário, assim como aos demais usuários das demonstrações contábeis, sejam externos ou internos ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade tem arquivada em boa ordem a documentação contábil.

NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

A prática contábil adotada é pelo regime de competência.

- a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor;
- b) Aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação acrescida dos rendimentos correspondentes, apropriadas até a data do balanço.

| | |
|--------------------------------------|------------|
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 433.778,43 |
| FUNDO PROVISIONADO | 111.620,78 |
| Banco do Brasil - 23326-9 | 46.474,16 |
| Banco do Brasil - 88800-1 | 65.146,62 |
| Banco do Brasil - 15057 - 6 | 0,00 |

| | |
|-----------------------------|------------|
| REND FACIL | 321.657,65 |
| Banco do Brasil - 23326-9 | 132.595,84 |
| Banco do Brasil - 88800-1 | 178.535,75 |
| Banco do Brasil - 15057 - 6 | 10.526,06 |

- c) Direitos a receber: Não houve provisão do per capita a receber, teve empréstimos a empregado.

| | |
|----------------------------|--------|
| Direitos a Receber | |
| Per capita a Receber | 0,00 |
| Empréstimos a Funcionários | 500,00 |

- d) Imobilizado - Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, o presidente da instituição no uso de suas atribuições administrativas, optou à partir do ano de 2017 por não considerar a depreciação nas demonstrações contábeis, no qual assinou carta de responsabilidade administrativa requerendo a não escrituração, que seria calculada pelo método linear com base nas taxas estabelecidas pelo Imposto de Renda e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC No. 1.177/09 (NBC - TG 27)). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

| | |
|------------------------------------|--------------|
| IMOBILIZADO | 7.512.260,94 |
| Terrenos | 1.127.362,00 |
| Edificações | 5.627.414,41 |
| Móveis e Utensílios | 422.810,04 |
| Veículos | 0,00 |
| Maquinas, Aparelhos e Equipamentos | 259.607,23 |
| Computadores e Periféricos | 70.475,60 |

- e) Passivo Circulante e Não Circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridas até a data do balanço patrimonial, seguem informações referente contas do Passivo:

Títulos a pagar (imóvel) ELP: Em 29/03/2016 o Instituto Nosso Lar comprou de Mauricio Ferreira Romão, um imóvel no valor de R\$ 600.000,00, em 2016 foi pago o total de R\$ 240.000,00, e em 2017 foi pago mais R\$ 10.000,00, em 2018 foi reclassificado da conta passivo circulante para ELP o valor de R\$ 350.000,00, saldo em que finalizou 2018 e se manteve até 12/2024.

Demais contas: São inerentes aos saldos das folhas processadas.

| DESCRIÇÃO DA CONTA | SALDO ATUAL |
|------------------------------|--------------------|
| IRRF a Recolher | 52.715,98 |
| Salários e Ordenados a Pagar | 0,00 |
| INSS a Recolher | 36.858,00 |
| FGTS a Recolher | 41.747,49 |

- f) Apuração do Resultado: as Receitas foram apuradas pelo regime Caixa, através dos recebimentos, extratos bancários, recibos e outros. As despesas são apuradas pela ocorrência, conformidade com as exigências legais e fiscais. Eventualmente a entidade recebe doações de pessoas físicas e/ou jurídicas e realiza eventos.

| CONTRIBUIÇÕES | |
|-----------------------------|------------|
| Receita de Doações | 399.708,65 |
| Doação Nota Fiscal Paulista | 359.434,00 |
| Doações Associados | 23.325,65 |
| | 16.949,00 |

A entidade recebeu referentes aos seguintes auxílios de subvenções do Poder Público, segundo Convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo.

| Descrição da Conta | Saldo Atual |
|--------------------------------|--------------------|
| Per capita Convênio Prefeitura | 4.079.309,87 |
| Per capita Convênio Prefeitura | 4.585.051,21 |

NOTA 5 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com o seu Estatuto Social, demonstrado pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

Os CEI s (Centro de Educação Infantil) atenderam 522 crianças na idade de 0 a 6 anos, em período integral.

O custo do atendimento é zero para as famílias, ou seja, a gratuidade no atendimento é total (100% gratuita). Teve um custo no ano corrente de 2024 - período de 01/01/2024 até 31/12/2024, de R\$ 9.194.427,42 coberto pelo Convênio PMSP e por doações recebidas.

O superávit do exercício de 2024 foi de R\$ 32.218,92.

Diretoria executiva

Documento assinado digitalmente



DALVARO GALVAO SPINOLA

Data: 11/07/2025 15:06:45-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Presidente

CPF: 222.236.738-72

Juraci Jose de Carvalho Junior
Contador
CT CRC: 1SP267004/O-2